

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.285 - CE (2019/0333263-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **ESTADO DO CEARÁ**
PROCURADORES : **STELIO LOPES MENDONÇA JUNIOR - CE007175**
 ANA MARGARIDA DE FREITAS G PRAÇA E OUTRO(S) - CE009310
 JOÃO RENATO BANHOS CORDEIRO - CE016941
RECORRIDO : **VICENTE DE PAULO MELO LIMA**
RECORRIDO : **HUMBERTO DE ARAÚJO BARRETO**
RECORRIDO : **MARIA EDITE SIMPLICIO DANTAS**
RECORRIDO : **FRANCISCO MARCOS SAMPAIO TEOFILO**
RECORRIDO : **JOSE ALDERLEY LIMA BARBOSA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MARIA JOIRE VITORINO BARBOSA - INVENTARIANTE**
RECORRIDO : **FERNANDO LIMA DE MEDEIROS MARQUES**
ADVOGADOS : **ARMANDO CORDEIRO DE FARIAS E OUTRO(S) - CE007428**
 ARMANDO BARROSO DE FARIAS - CE015123
 ANDERSON BARROSO DE FARIAS - CE019623
 ARIANA BARROSO DE FARIAS - CE022980

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DO CEARÁ, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ÓBITO DE IMPETRANTE. SUSPENSÃO DO FEITO. SUCESSÃO PROCESSUAL. REPERCUSSÃO PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A regra prevista no art. 265, I, do CPC, ao dispor que se suspende o processo pela morte de qualquer dos litigantes, 'visa a velar pela observância do processo justo para as partes e seus sucessores (art. 5º, LIV, CRFB)'. (MARINONI, Luis Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 254) 2. Nítido o viés patrimonial da concessão da ordem impetrada - circunstância reconhecida pelo próprio Estado do Ceará - tão logo seja noticiado o óbito de um dos demandantes, impositiva a suspensão do feito e a 'substituição' do Impetrante falecido 'pelo seu espólio ou por seus herdeiros'"(art. 43, CPC), revelando-se desimportante à solução da controvérsia a natureza personalíssima da ação mandamental, ou mesmo o fato de o óbito ter ocorrido antes do respectivo trânsito em julgado. 3. Precedente do

Superior Tribunal de Justiça

STJ. 4. Agravo improvido" (fls. 1.920/1.921e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS A PRETEXTO DE OMISSÃO. INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO E PRETENSÃO MODIFICATIVA. VÍCIO INEXISTENTE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 18, TJCE. REJEIÇÃO.

1. O propósito de prequestionamento deve ser condizente com a vocação meramente integrativa dos embargos de declaração, de modo que, se não há omissão a suprir, obscuridade a aclarar ou contradição a remover, o improvimento dos declaratórios é de rigor, porque não se pode reduzi-los a simples tentativa de renovar o julgamento da causa, ao sabor da conveniência da parte embargante (Súmula n.18, TJCE).

2. Improvimento. 3. Unanimidade" (fl. 1947e).

Inconformada, sustenta a parte recorrente o seguinte:

"O ESTADO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por seu Procurador e Estagiário *in fine* assinados, vem, inconformado com o acórdão prolatado por essa Corte às fls. 1596/1603, complementado pelo aresto de fls. 1618/1624, interpor RECURSO ESPECIAL, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea 'a', da CF, requerendo que V. Exa. se digne de receber e enviá-lo ao Superior Tribunal de Justiça, para apreciação devida, tal como delineado nas razões em anexo.

(...)

INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE PLANILHA JUNTO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM PLEITO SUCESSIVO

Inicialmente, apenas como forma de afastar o argumento complementar utilizado no acórdão recorrido, de que o Estado não poderia questionar o valor acolhido porque proposto pelo próprio ente público, assenta-se, de logo, a flagrante ofensa à regra processual que admite a formulação de pedido sucessivo pelas partes, estabelecendo relação de subsidiariedade entre as pretensões.

Esta é a dicção clara e expressa do art. 289 do CPC, segundo o qual 'é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior'.

Portanto, não se conforma com a legislação processual a assertiva firmada pelo aresto integrativo, na medida em que utilizou, como fundamento adicional, suposta preclusão de discussão sobre o valor da

planilha principal do ente público na hipótese de acolhimento apenas de sua proposta subsidiária.

Destarte, espera-se o afastamento deste óbice levantado, para seguir-se na apreciação do tema de fundo a seguir desenvolvido.

IMPOSSIBILIDADE DE SUCESSÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA

(...)

1. Natureza personalíssima do MS.

Como é sabido, por ter o Mandado de Segurança natureza personalíssima (art. 267, incisos IV e IX, CPC), o falecimento de um dos impetrantes implica direta e imediatamente no fim do processo, que não pode continuar, nem mesmo com os sucessores, se o óbito do impetrante se der antes do trânsito em julgado da ação.

Na forma do art. 1º e 3º da Lei Federal 1.533/51, o Mandado de Segurança somente pode ser proposto para defesa de interesse próprio, ou seja, apenas o titular de direito pode impetrar MS, não lhe cabendo vindicar em seu nome direito alheio.

Portanto, com o falecimento do impetrante antes do trânsito em julgado, ocorre o desaparecimento da única pessoa capaz de litigar em juízo para reconhecimento do direito, sendo permitido aos herdeiros apenas usufruir dos efeitos patrimoniais dos direitos que porventura já tivessem sido reconhecidos em juízo com decisão transitada em julgado.

Esta a orientação uníssona neste STJ:

(...)

Assim sendo, em vista da previsão *ex vi legis* de intransmissibilidade do direito de ação mandamental, a aplicação do art. 43 do CPC fica mitigada, não tendo cabimento, em face de exegese sistemática.

2. Efeitos da coisa julgada apenas após o trânsito em julgado.

No caso, restou incontroverso que o Sr. José Alderley Lima Barbosa faleceu antes do trânsito em julgado da decisão de mérito, em meados de 1999.

(...)

Na forma da lei, portanto, o direito subjetivo do impetrante ao provimento jurisdicional nasce apenas com o trânsito em julgado da decisão de mérito, motivo pelo qual o fato do falecimento ter ocorrido após a prolação do acórdão inicial é juridicamente irrelevante, sendo determinante apenas o fato de que o óbito é anterior ao trânsito em julgado.

Portanto, o argumento levantado pelo acórdão, de que a formação da coisa julgada teria exaurido a questão não convence. Houve, no caso,

aplicação errônea do conteúdo da garantia da *res judicata* (arts. 467, 468 e 469 do CPC).

Isto porque, devido à nulidade dos atos praticados, sequer coisa julgada foi formada validamente, à falta de destinatário apto a usufruí-la. Ora, à época da formação da coisa julgada definitivamente, em 2005, o impetrante já havia falecido. Quem, então, estava à frente do processo, para permitir que ele continuasse?

Desta forma, não se verifica hipótese em que a coisa julgada tenha o condão de suprir o vício, exatamente porque não houve possibilidade de ela se formar validamente.

Incide, portanto, a regra geral dos arts. 3º e 6º do CPC, segundo as quais ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

O direito de 'cobrar atrasados', portanto, decorrente que é da regular formação da coisa julgada, somente poderia ser exercício pelos herdeiros caso houvesse sido encerrada a discussão de mérito antes do falecimento do impetrante, o que, na espécie, não ocorreu, com a devida vênia.

Tanto isto é verdade que, nos termos da lei civil, pois, somente se pode transmitir, pela via sucessória, o que se adquiriu por completo em vida (art. 1572 do CC 1916).

Com efeito, uma vez ocorrido o óbito antes da aquisição do direito por completo - o que se daria com o trânsito em julgado - não se pode cogitar de transmissão de crédito, sob pena de atribuir-se a pessoa falecida, sem capacidade civil (art. 2º e 10 do CC 1916), a possibilidade de adquirir créditos.

3. Nulidade dos atos processuais praticados após o óbito.

Além de todo o exposto acima, deve-se ter em conta que os atos praticados em nome do impetrante falecido, a bem da verdade, são todos nulos, e que tal nulidade é absoluta, não se convalida e não preclui, porque tocante condição de regular seguimento e desenvolvimento do feito.

Conforme a legislação processual, é vedada a prática de quaisquer ato processual após o óbito de titular de ação judicial.

Registre-se, ademais, que a suspensão da lide (art. 265, I, do CPC) ocorre logo após o falecimento, de pleno direito e independentemente de qualquer provimento judicial, de forma que, havendo desrespeito, a sanção decorrente é a desconsideração total dos atos praticados, conforme assentado por esse STJ:

(...)

Tão séria é a questão que, justamente por esse motivo, os atos que

porventura venham a ser praticados posteriores ao óbito são nulos (arts. 243 e 266 do CPC) por força da suspensão obrigatória do feito:

(...)

Por todos os motivos acima, ocorrendo o falecimento de um dos impetrantes antes do trânsito em julgado da decisão de mérito e não sendo possível ocorrer a sucessão processual, deve ser declarada a extinção do processo com relação ao mesmo na forma do art. 267, IV e VI, do CPC.

ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PARA SUPRIMENTO DOS VÍCIOS DE INTEGRAÇÃO (PEDIDO ALTERNATIVO)

(...)

Eminentes Julgadores, dispõe a própria Carta Magna, quando fala em ampla defesa, que a parte pode utilizar os recursos que lhe ofertam a legislação. Como consectário, o 'devido processo legal' só poderá ser adjetivado de 'devido' e de 'legal' se forem observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa com os recursos a ela inerentes, em sua inteireza, com a possibilidade de amplo acesso ao Poder Judiciário no caso de lesão ou ameaça a direito.

Por isso vigora os princípios dispositivo e da correlação (arts. 128 e 460 do CPC).

Uma vez que os pontos eventualmente omitidos nos acórdão, todos suscitados no recurso de embargos declaratórios, constituíam parte da principal tese de defesa do Estado, mereciam, pois, uma análise mais cuidadosa, o que não foi feito no julgamento dos embargos, eis que, se é certo que os pontos supérfluos não precisam ser apreciados pelo julgador, não menos correto é que o Tribunal deveria ter se manifestado sobre argumentos do Estado que seriam impeditivos da concretização da habilitação nos moldes em que posta, sob pena de negar a jurisdição garantida pelo Estado e, ademais, negar vigência ao art. 535 do CPC.

(...) (fls. 1.955/1.963e).

Requer, ao final, "que esse Egrégio STJ, conhecendo deste recurso especial, dê-lhe provimento para: a) afastar o óbice processual de preclusão invocado no acórdão de origem, de modo a permitir a discussão do tema de fundo de impossibilidade de sucessão; Cumulativamente, no cerne meritório, b) reconhecer a impossibilidade de sucessão pelos herdeiros do impetrante falecido antes do trânsito em julgado do mandamus; Subsidiariamente, caso se entenda impossível o enfrentamento direto da questão de mérito, por ausência de prequestionamento, c) anular o acórdão recorrido, determinando ao TJCE a prolação de outro de forma completa, abarcando todos os temas veiculados nos aclaratórios"

Superior Tribunal de Justiça

(fl. 1.964e).

Com contrarrazões (fls. 1.969/1.976e).

O Recurso Especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem (fls. 2.015/2.017 e).

A irresignação não merece acolhimento.

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Posto isso, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia posta nos autos, nos seguintes termos:

"Embora cabível e manejado tempestivamente, o presente Agravo não merece provimento, a começar pelo argumento de que este Relator não podia, monocraticamente, ter suspenso o feito e oportunizado a sucessão processual do Impetrante falecido.

A regra prevista no art. 265, I, do CPC, ao dispor que se suspende o processo pela morte de qualquer dos litigantes, 'visa a velar pela observância do processo justo para as partes e seus sucessores (art. 5º, LIV, CRFB)'. E é por isso que, tão logo tomei ciência do óbito de um dos demandantes, suspendi o curso do feito e deflagrei a respectiva sucessão processual, evitando-se o julgamento dos Embargos à Execução sem a oportunidade de participação de eventuais herdeiros. (MARINONI, Luis Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 254).

Rejeitado este primeiro tópico, passo ao seguinte, no qual se alega a impossibilidade de sucessão processual em mandado de segurança.

Para conhecimento dos demais julgadores, transcrevo o decisor impugnado:

Reportando-se o Estado do Ceará ao óbito do Impetrante José

Superior Tribunal de Justiça

Alderley Lima Barbosa (certidão reproduzida à f. 1390), somando-se a isto a constatação de que a ordem de segurança concedida pelo Pleno deste Tribunal (f. 265-268) possui desdobramentos patrimoniais, suspendo o curso destes embargos à execução e determino a intimação dos advogados constituídos no instrumento de f. 1474 para que viabilizem, no prazo de quinze (15) dias, a substituição processual do falecido (arts. 43, 265 e 567, todos do CPC). (f. 1533)

Julgando procedente o presente Mandado de Segurança em 21.08.1997, antes do óbito de José Alderley, ocorrido em 17.06.1999, o Pleno deste Tribunal anulou o ato praticado pelo titular da antiga Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará (hoje denominada Secretaria do Desenvolvimento Agrário), que havia majorado a jornada de trabalho dos Impetrantes de 30 para 40 horas semanais, restituindo-lhes o status quo, com garantia da irredutibilidade dos vencimentos.

Nítido, portanto, o viés patrimonial da concessão da ordem impetrada, tanto que o próprio Estado do Ceará, ao interpor Embargos à Execução, quantificou o crédito do Impetrante falecido em R\$ 77.151,39.

Caso, então, a teor do art. 43 c/c art. 265, ambos do CPC, de suspensão do feito e 'substituição' do Impetrante 'pelo seu espólio ou por seus herdeiros', revelando-se desimportante à solução da controvérsia a natureza personalíssima da ação mandamental, ou mesmo o fato de o óbito ter ocorrido antes do respectivo trânsito em julgado, pois, com o falecimento de José Alderley Lima Barbosa, remanescem os efeitos patrimoniais decorrentes da segurança concedida, que passam a compor o respectivo espólio.

Neste sentido, recolho precedente do STJ, da relatoria do Min. Luiz Fux, no qual restou decidido, em caso análogo, que 'nos termos do art. 43, do CPC, 'ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 265', sendo despcienda a alegação da União de que o fato de a morte dos impetrantes ter ocorrido em data anterior ao trânsito em julgado levaria à extinção da execução, uma vez que, quando da ciência do óbito incumbe ao magistrado determinar a suspensão do processo para fins de regularização da substituição processual, e não aplicar a pena de extinção do feito'. (AgRg na ExeMS 115/DF, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/06/2009)

Ao dissertar sobre o assunto, analisando hipótese em que o

falecimento do impetrante ocorre depois da concessão da segurança, o Prof. Mantovanni Colares Cavalcante conclui que 'o mandado de segurança, por implicar em obrigação de fazer ou não fazer, há de ser exercitável, em regra, pelo próprio titular do direito. Há, contudo, inúmeros casos em que tal direito pode também ser exercido por outros - como os herdeiros - por não representar algo personalíssimo e impossível de sofrer transferência. O mandado de segurança pode ter como finalidade a reposição de verba indevidamente retirada dos vencimentos do impetrante, a declaração da compensação de tributos, a suspensão da exibibilidade de determinado crédito tributário, e tantos outros exemplos em que o direito pode e deve ser exercitado pelos herdeiros, caso o impetrante venha a falecer no curso da ação. (*in* Mandado de Segurança. São Paulo: Dialética, 2010, p. 61)" (fls. 1.923/1.925e)

Com efeito, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal contida no art. 289 do CPC/73, sequer implicitamente, foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Registre-se, outrossim, que não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao art. 535 do CPC, haja vista que o julgado está devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pela recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado. A propósito, o seguinte aresto desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÕES DE TITULAÇÃO E DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o seu conhecimento (Súmula 211 do STJ).

3. É vedada a inovação de teses em embargos de declaração e, por isso, inexistente omissão em acórdão que julgou a apelação sem se pronunciar sobre matérias não arguidas nas razões de apelação.

4. "Não configura contradição o afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado" (EDcl no REsp 463.380/RS, 1ª Turma, DJ de 13.6.2005).

5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.401.028/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 1º/10/2013).

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Quanto ao mais, verifica-se que a parte recorrente não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o conhecimento do Recurso Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo legal tido como violado ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A alegação de ofensa a dispositivos legais que não foram arrolados no recurso especial constitui indevida inovação recursal, inviabilizando o exame da tese em sede de agravo interno. 2. Não há falar em omissão e, por conseguinte, em contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, pois o julgamento da lide apenas se deu de forma contrária aos interesses da parte.

3. A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.

(...)

8. Primeiro agravo interno desprovido. Segundo agravo interno não conhecido, por força da preclusão consumativa" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o acórdão recorrido não destoaria do entendimento desta Corte, segundo o qual "é cabível sucessão processual em mandado de segurança quando o feito se encontrar já na fase de execução" (STJ, PET no MS 20.157/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 11/09/2019).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FALECIMENTO DO AUTOR NO CURSO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO. HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Não se configurou a ofensa ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.
2. No julgamento do AgRg na ExeMS 115/DF, da relatoria do Ministro Luiz Fux, a Primeira Seção assentou que a morte do autor da ação mandamental, em data anterior ao término do processo de conhecimento, conduz à habilitação dos seus herdeiros na fase de execução, e não à extinção do processo satisfativo.
3. **No caso dos autos, não se trata de sucessão de partes no Mandado de Segurança, mas de mera habilitação dos herdeiros na fase de execução mandamental, como consignou o Tribunal de origem.**
4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.755.765/AM, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/05/2019).

"EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. 1. SUCESSÃO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE NA FASE DE EXECUÇÃO. 2. HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO. ART. 778, § 1º, II, CPC. REGULARIDADE PROCESSUAL. 3. DESNECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO OBJETO DOS AUTOS. EVENTUAIS DIREITOS QUE SERÃO DISCUTIDOS NO JUÍZO SUCESSÓRIO. 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. **'A jurisprudência do STJ entende que, embora o Mandado de Segurança tenha caráter personalíssimo, o que torna incabível a sucessão processual na fase de conhecimento, na execução é cabível a habilitação dos herdeiros'** (EmbExeMS 786/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/06/2017, DJe 01/08/2017).
2. 'A habilitação direta de herdeiros não acarreta prejuízo a eventuais herdeiros que não estejam no processo, uma vez que, para o levantamento dos valores devidos, deverá ser exigida a comprovação formal da partilha de bens, por meio da certidão de inventariança ou

Superior Tribunal de Justiça

do formal e da certidão de partilha, sob pena de os valores ficarem disponíveis unicamente para o espólio' (AgRg nos EmbExeMS 11.849/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, julgado em 13/3/2013, DJe 20/3/2013).

3. Revela-se desnecessário ampliar o objeto dos presentes autos, para aferir se o inventário foi aberto ou se o requerente é o representante do espólio, sendo suficiente, no caso concreto, a sucessão nos termos em que deferida, para manter a regularidade no trâmite processual.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgInt nos EmbExeMS 11.475/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 20/03/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora